

Pág. 04

Populares revoltam-se contra a Kenmare A ressurreição de problemas malparados



Receba o jornal

no seu WhatsApp ou E-mail.

Procedimento de Pagamento

- 1 Digita *150#;
- 2 Escolha a opção 6. Pagamentos;
- 3 Escolha a opção 7. Digita o código do serviço;
- 4 Digita 901647 (código de serviço);
- 5 Digita a referência (PpP);
- 6 Digita o valor a pagar (70MT);
- 7 Digita o teu PIN;
- 8 Confirma a transação.
- 9 Envia o comprovativo para 824576070
Entidade: Pangolim Multimedia Lda

Crise pós-eleitoral: Tradicionalmente, Governo e Frelimo só cedem após centenas de vítimas mortais

Os sacrificados pela arrogância



Págs 02 e 03

- *A instabilidade atingiu níveis de alarme. Os mortos já roçam a uma centena. Os próximos dias podem ser ainda mais assustadores com as medidas a serem anunciadas por Venâncio Mondlane na segunda-feira. Mas o Governo parece atado por camisa-de-força sem mãos para a solução. Só esta semana é que o Conselho de Estado se sentou para discutir a crise. E o fumo branco ainda é apenas o do gás lacrimogénio que já começa a incendiar mercados. Os mortos continuam a contar. Nada novo debaixo do céu de um país que há cinquenta anos é gerido pela arrogância da Frelimo. Foi assim na guerra-civil, foi assim nas sucessivas instabilidades pós-eleitorais a partir da zona Centro e o é agora. Um dia se vão sentar à mesa com Venâncio Mondlane. Mas, até esse dia chegar, contemos os nossos mortos.*

Centenas de mortes, destruição a alvo público e privado ainda em nome de reposição da verdade eleitoral

Governo e Frelimo só cedem tradicionalmente após centenas de vítimas mortais

É evidente. O evoluir de protestos pós-eleitorais coloca a nu ainda mais incapacidade do Governo na imposição de medidas que coloquem travão a tanta destruição de alvos públicos e privados, num cenário em que só há violência no que se enunciava pacífico atingem até a multinacionais. Na guerra civil a Frelimo demorou-se dezasseis anos a se sentar à mesa de negociações com a oposição, após um milhão de moçambicanos martirizados e cinco milhões de deslocados. No consulado de Armando Guebuza, repetiam-se chacinas, entre 2012 e 2016, à volta da instabilidade pós-eleitoral, em que a Frelimo cedia ao diálogo com Afonso Dhlakama após centenas de mortes de indefesos no centro do país. Como de apanágio o Governo e o partido cinquentenário que o suporta continuam a demora-se ir à mesa socorrendo-se de manobras dilatórias perante a morte de centenas ante a tensão pós-eleitoral cuja decisão do Conselho Constitucional (CC) é usada de escudo. A questão é: porque se demorar se sabe que vai dialogar?

Luís Cumbe

1. Apuros do partido cinquentenário

A Frelimo e seus governos estão uma vez mais no centro da controversa. Numa reviravolta inesperada, depois de quase cinquenta anos de governação inglória atestada pela onda de protestos sem precedentes.

O impensável horror assaltou tudo e a todos. A destruição penetra sectores sensíveis a velocidade incontrolável e, há já dois meses que se prolonga fazendo das vítimas mortais perante incapacidade manifesta do Governo em travar violentas escaladas pelo país.

O evoluir dos ânimos aumentou tumultos. E a inexistência de medidas exequíveis, os manifestantes que se amotinam pelas estradas impondo limitação à circulação de utentes recorrendo barricadas chegam a revistar ambulâncias devidamen-



te identificadas em situação de emergências, e há casos que os protestantes proibem a mesma ambulância de acenar sirene, a exemplo do troço da EN4.

A UIR é até vista como nada. Os manifestantes empurram membros da UIR como se de nada se tratasse, e estes chegam a

mendigar passagem em alguns pontos. Protestantes promovem movimentos de atirar fogo a vários postos policiais e esquadras, coagindo a abandono das mesas pelos seus ocupantes, atitudes a denunciar situação fora do controlo do próprio autor moral dos actos. Até porque em

alguns pontos, sobretudo na província da Matola já não se circulava desde segunda-feira com as estradas totalmente bloqueadas.

O desprezo é tanto que até algumas vítimas de tiros as suas cerimónias acontecem nas esquadras da Polícia, e esta força da a engolir calada, fora

a crítica situação de moçambicanos limitados seus direitos de circulação e/ou aceder a serviços básicos para sobrevivência.

2. Ferida ainda funda

A reposição da verdade eleitoral serviu de pretexto para os primeiros dias das reivindicações. Mas como de ferida funda se tratasse

os canos viraram-se logo, e uma série de exigências eram lançadas durante protestos, como assimetrias sociais, índices de corrupção no aparelho do Estado, partidarização da coisa pública, a não partilha de dividendos dos recursos em exploração, assalto as oportunidades pela elite política desde que a Frelimo governa o país.

Quando ainda eram apenas marchas “pacíficas” o Governo gabou-se de alguma autoridade no controlo da situação. Mas foi sol de pouca dura com os protestos a tipificar vandalização a alvos públicos e privados. Mas por outro lado, o Governo limita-se a atribuir nomes como a vândalos, malfetores, promotores de terrorismo urbano, fora a intimidação em como

se esta atitude do Executivo bastasse para impedir o evoluir da situação.

A soberba continua a dominar quadros da Frelimo, num cenário em que até governantes alinham à mesma atitude, negligenciando-se ser facto que a situação tende a afundar o país num caos de difícil recuo. Pode ser prenúncio de que o pior ainda está por vir.

3. A arrogância acompanha o partido Frelimo desde a fundação

Não é de admirar que pelos longos anos que Moçambique andou na contra-mão da Paz, desde a guerra dos dezesseis anos, esta foi arrastada até 1992 pelas mesma arrogância do partido que custou a vida de mais de 1 milhão de moçambicanos, forçando

a deslocação massiva dos moçambicanos, gerando focos de fome, desnutrição e doenças, destruição de infraestruturas importantes como pontes, estradas, escolas, hospitais, tornando o país num dos Estados mais pobres do mundo, durante a década de 1980 e início de 1990.

Contra as expectativas, o conflito armado ressurgia-se entre 2012 e 2016, como resultado de violações sistemáticas do próprio Governo há 49 anos no poder em relação ao cumprimento integral do Acordo Geral da Paz – AGP (1992). Embora o ressurgimento do conflito tenha tido uma dinâmica totalmente diferente da guerra civil, o conflito político-militar pós-eleitoral prolongou-se enquanto não

se ultrapassava a arrogância do partido, no consulado de Filipe Nyusi, em que Afonso Dhlakama também reivindicava vitória.

O Governo só viria a ceder para negociações e assinatura de acordos a 24 de Agosto de 2014, o documento final que garantia a cessação das hostilidades militares que desde Março de 2012 tinham como palco a província de Sofala.

Nisso as negociações prolongaram-se entre o Presidente Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, somando-se vítimas mortais e destruição de infra-estruturas até que pela primeira vez, a Frelimo, em 2017, aceitou ceder para a eleição de governadores, em relação ao pacote da descentralização administrativa, a se implementar nas eleições

gerais de 2019, e em 2024 a realização de eleições distritais, cuja Frelimo viria unilateralmente a adiar.

4. Um orgulho no vazio em plena guerra terrorista

No mesmo ano de 2017, inicia a guerra dos terroristas na província nortenha de Cabo Delgado, quando cogitava-se ultrapassados confrontos no Centro do país, o que exigiu ainda mais do Governo investidas e era preciso algum apoio estrangeiro para travar o fenómeno. Entretanto, a mesma Frelimo promovia discursos da necessidade da defesa de soberania a ser garantida internamente. Só depois de grandes machadadas a Frelimo abandonava a arrogância recuando para o que se negava.

PUB



As melhores taxas do mercado e **sem burocracias**

Elite Flash

até 20.000 MZN

REQUISITOS:

- DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (IM, CARTA DE CONDUÇÃO, PASSAPORTE);
- RUII;
- PROVA DE RESIDÊNCIA;
- EXTRATO (3 MESES);
- CARÁTIMA;
- TAXA DE JURO 36%.

Elite Corporate

até 500.000 MZN

REQUISITOS:

- DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (IM, CARTA DE CONDUÇÃO, PASSAPORTE);
- RUII;
- DECLARAÇÃO DO BARRIO;
- EXTRATO DE SALÁRIOS ATÉ 3 MESES;
- EXTRATO ATÉ 3 MESES;
- CÓPIA DO CONTRATO;
- PLANTAS;
- AVANÇETA;
- TAXA DE JURO 36%.

Elite Business

até 500.000 MZN

REQUISITOS:

- DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (IM, CARTA DE CONDUÇÃO, PASSAPORTE);
- ALVARÁ OU UTILIZAÇÃO;
- DOCUMENTOS MERCANTIS (RECIBOS, FACTURAS, FACTURAÇÃO, EDP);
- CARÁTIMA;
- AVANÇETA;
- TAXA DE JURO 36%.

Para mais informações

(+258) 87 363 5203

(+258) 84 416 6475

@elitemicrocredito_mz

info@elitemicrocredito.co.mz



Moçambique - Maputo
Rua da Amizade, nº 10
Forte - Caixa Postal 10000

Populares aproveitam-se da onda de protestos pós-eleitorais e revoltam-se contra a Kenmare em Nampula

A ressurreição de problemas malparados

A onda de protestos pós-eleitorais está a servir de “umbrela” para a ressurreição de casos há anos malparados. Larde, distrito litoral de Nampula, hospeda a Kenmare, uma gigante multinacional que desde 2011 explora areias pesadas naquele ponto, mas as comunidades a volta do processo continuam forçadas a viver em condições que só permitem sobreviver. Entretanto, acções de protesto no país viram contexto estratégico a impor o cumprimento de antigas promessas, com destaque para a construção da ponte sobre o rio Larde, promessa de 2016 mas que continua no papel. A colocação de um basta à extorsão e venda de vagas para nativos integrarem a firma, actos praticados por membros com ligações ao partido Frelimo.

Luís Cumbe

1 Expurgar o mal a martirizar o povo

“A Kenmare não ajuda os jovens locais. As minas estão no nosso litoral, porque nos cobram dinheiro para ter emprego?”, estas são apenas algumas mensagens de cartazes cujos jovens carregam consigo nas suas revoltas. É uma dor de há anos entre jovens maioritariamente desempregados, e que há muito sonham expurgar desde a raiz.

Os protestantes saíram de Topuito, distrito de Larde em várias viaturas da própria Kenmare, e o destino era a vizinha vila de Moma, entretanto, a 24 quilómetros recuaram e optaram pela via de Angoche, a partir de onde fizeram estragos numa comunidade conhecida por Nambilane, que pertence ao posto administrativo de Mucuali, em Larde.

Ainda no calor da fúria populares destruíram um antigo e novo estabelecimentos da PRM em Muthithicoma, em Topuito, queima de viaturas, casas e uma moageira pertencente a um secretário do bairro ligado ao partido Frelimo. As vítimas em causa so-



freram vandalizações de suas propriedades alegadamente por serem promotoras de venda de vagas de emprego aos nativos, fora serem tidos como veículos de protecção da empresa Kenmare em detrimento da população. Tal é o caso do secretário do bairro que, por sinal perdeu viatura e moageira, e que há anos é acusado de venda de vagas.

2. Escalado aeródromo da Kenmare

Durante a invasão dos protestantes à empresa Kenmare, exigia-se que se cumprisse promessas de há anos, concretamente a

construção da ponte sobre o rio Larde, um ponto crucial para se chegar no distrito condicionado a travessia por barcos, maioritariamente de pescadores, com todos os riscos associados.

A população assaltou o aeródromo da Kenmare, coincidindo com aterragem da avioneta da firma, a mesma que, temendo riscos de vandalização e outros impactos associados foi obrigada a levantar o voo de imediato para cidade de Nampula. É que, é precisamente naquela área que foi destruído o Monte Filipe para dar lugar a ampliação de áreas de exploração de

areais pesadas pela Kenmare, o mesmo troço que liga à pista assaltada pela população, sob promessa de construção, em substituição, da ponte sobre o rio Larde.

3. Promessas que nunca saíram do papel

A questão é que, a 10 de Agosto de 2016, a Kenmare e a comunidade de Topuito concordaram que a firma iria participar com financiamento, no valor de USD 3 milhões (atribuídos no âmbito da responsabilidade social) para a construção da ponte sobre o rio Larde, e o Governo comprometia-se em garantir o

remanescente com vista ao cumprimento dos prazos estabelecidos, e incluía, em última instância recorrer ao Orçamento do Estado.

O memorando da execução do projecto de construção viria a ser celebrado a 23 de Agosto de 2022, e na altura as previsões sobre disponibilização de fundos eram em torno de 90 dias, entretanto, a até parte tudo permanece nos papéis.

A revolta dos populares acontece num contexto em que a Kenmare Moma Mining está em via de renovar a sua licença antes de expirar, a 21 de Dezembro corrente, numa situação em que o Governo adiantou garantias de finalização do processo dentro dos prazos.

4. A vida martirizada em Larde

Topuito é localidade transformada no centro das actividades da Kenmare, no distrito costeiro de Larde. Há cerca de vinte anos, a firma tende a inutilizar hectares de terra a troco de miséria. Possui uma população de pouco mais de 27 mil habitantes, distribuídos em 6 mil agregados familiares.

Há apenas infra-estruturas básicas para operações

da firma. Isoa é um dos bairros mais populosos e movimentados da localidade, bastante empobrecida. Vive-se, essencialmente, à base de agricultura de subsistência e da pecuária. Isoa alude às características de precariedade.

São escassas alternativas de sobrevivência. Os índices baixos de escolaridade limitam ainda as

oportunidades. As comunidades localmente produzem hortícolas e frutas diversas, tais como couve, cebola, tomate, pepino, repolho e melancia, e vendem à Kenmare, que acolhe e alimenta os mais de 1.400 trabalhadores. O excedente é vendido localmente, pois falta vias de acesso para escoamento de produtos.

5. Há anos em exploração de recursos, mas nem sequer vias de acesso

Não existe estrada asfaltada para Moma e Larde. Esta é outra ressalva da fúria da população. É que o Governo provincial, ainda no longínquo 2016 comprometia-se a asfaltar estradas daqueles pontos (Moma e Larde) até a ci-

dade de Nampula, o que nunca aconteceu. O percurso de Nampula-cidade até Moma é feito com enorme sacrifício, não existindo estrada asfaltada nem terra batida, um cenário que piora no trajecto à Larde.

O transporte público de passageiro é precário, chega a demorar entre 8 e 10 horas a percorrer apenas 200 quilómetros da capital de

Nampula/Moma, situação dramática ainda no período chuvoso. As populações são transportadas em carrinhos de caixa aberta a custos que variam de 700 a 1000 meticaís. É nestas mesmas vias de acesso que circulam camiões transportando material das empresas mineradoras naqueles dois distritos.

A rejeição do Consórcio Eleitoral Mais Integridade para cooperar com o Conselho Constitucional na busca da verdade eleitoral

A estranha missão do Consórcio Mais Integridade

O Conselho Constitucional, órgão competente pela deliberação de processos eleitorais no país, solicitou ao Consórcio Eleitoral Mais Integridade, partidos políticos, entre outros, a partilha de actas e editais sob sua posse, no contexto de confrontação de dados a bem do esclarecimento da verdade eleitoral do escrutínio de 09 de Outubro, até aqui contestadas alegadamente porque foram fraudulentas. Entretanto, a reacção do Consórcio Eleitoral Mais Integridade, organismo até aqui credível como observador eleitoral, surpreendeu ao rejeitar o pedido, alegando que os dados em sua posse são falsos, sob risco de deturpar a verdade eleitoral ao mesmo tempo que evoca mágoas do passado para a sua atitude.

1. Os primeiros a alegar a fraude

Momentos após a votação, o Consórcio Eleitoral Mais Integridade, a partir do seu presidente Edson Cortez, mostrou-se incrédulo em relação a possibilidade de as denúncias feitas dias depois de 9 de Outubro mereceriam devido tratamento com capacidade de influenciar resultados por cancelar pelo Conselho Constitucional (CC). E isto porque, no entender de Cortez, qualquer caso relacionado à contestação terminaria ao nível da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), embora considere que, em algumas situações, se reencaminhasse ao CC em caso de impasse.

Cortez descartava a possibilidade de a impugnação eleitoral decorrente das de-

núncias, mesmo ao nível do CC, ser capaz de trazer resposta satisfatória, uma vez que este não é transparente, íntegro e confiável. Entretanto, o mesmo CC decidiu pela abertura de suas portas para mais cooperação com diferentes actores e interessados no processo, desde partidos políticos até organizações da Sociedade Civil, que inclusive se evidenciam nas denúncias sobre irregularidades, no âmbito da contestação sobre os resultados até aqui avançados pela CNE, a bem da busca pela verdade eleitoral.

2. Afinal órgãos de gestão eleitoral não são únicos com dados falsos

Quando se podia cogitar interesse na contribuição pelo Consórcio Eleitoral

Mais Integridade, a exemplo dos demais interessados no esclarecimento da verdade material, este rejeitou partilhar suas actas e editais junto do CC, alegando que sejam falsos. No entanto, o mesmo Consórcio Eleitoral, alega que durante sua observação eleitoral constatou enormes disparidades entre o processo de contagem e os números que foram colocados nos editais, o que para este organismo é prova de que houve fraude, ou seja, os números das contagens não têm nada a ver com os números que constam nos editais afixados e é com base nisso que entendeu não ser oportuno a partilha sob risco de deturpar a verdade eleitoral, uma posição que levanta outros questionamentos, pois é até aqui

iniciativa e preocupação do CC esclarecer sobre a verdade de que há denúncias e não o Consórcio.

Contudo, o Consórcio Mais Integridade alega discrepâncias nos números e, estranhamente, diz estar na posse de editais falsificados, condições que chegam a contrastar com papel esperado por este organismo nos pleitos eleitorais, como também compromete sua credibilidade na qualidade de observador eleitoral.

Mas, por outro lado, estranhamente que Mais Integridade evoca outros argumentos de episódios passados para a rejeição ao pedido de partilha, nas eleições autárquicas de 2023, em que por sua iniciativa entendeu cooperar com o CC e, alegadamente este ignorou.

3. A mitigação do caos

Este posicionamento que orgulha o Consórcio Mais Integridade evidencia-se num contexto em que o país vive instabilidade como nunca antes experimentou no pós-eleitoral, precisamente porque permanecem desafios de se chegar a verdade eleitoral. É de resto um posicionamento de quem não se espera, se se considerar um organismo com maior interesse como observador eleitoral.

Mais ainda quando se trata de um posicionamento feito depois de há dias organizações da Sociedade Civil serem desafiadas a contribuir em ideias no contexto da instabilidade que se vive antes que o CC delibere sobre os resultados.

FIGHA TÉCNICA**ADMINISTRAÇÃO**

Administradora - Esmeralda do Amaral
E-mail: esmelifania2002@gmail.com
Cel: (+258) 87 457 6070 / (+258) 82 457 6070

Assistente administrativa - Elisabeth Quembo
E-mail: quemboelizabeth@gmail.com
Cel: (+258) 84 869 5126

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Esmeralda do Amaral
Joaquim Matavel

DIRECTOR EDITORIAL EMÉRITO

João Chamusse

CHEFE DE REDACÇÃO

Luís Cumbe
E-mail: luisfercumbe@gmail.com
Cel: (+258) 84 922 7073 / (+258) 86 614 5476

REDACÇÃO

João Matusse, Luís Cumbe, Dionildo Tamele e Elton da Graça

COLUNISTAS

Joaquim Matavel e Francisco Rodolfo

FOTOGRAFIA

Ivan Gonçalves

REVISÃO

EP

GRAFISMO

Magalatchombe

DISTRIBUIÇÃO E EXPANSÃO

Elisabeth Quembo
Cel: (+258) 87 070 2614

PUBLICIDADE E ASSINATURAS

Cel: (+258) 87 457 6070 / (+258) 84 269 8181
E-mail 1: jornalpontopor ponto@gmail.com
E-mail 2: esmelifania2002@gmail.com

CONTABILIDADE

Severino Wamba
Cel: (+258) 85 262 2158

PROPRIEDADE

PANGOLIM MULTIMEDIA, LDA
Av. 25 de Setembro, nº 1676, 1º andar, porta 7
Maputo Moçambique
Telefone (+258) 21 092 270

REGISTO

06/GABINFO-DEPC/2020

IMPRESSÃO

Sociedade de Notícias, SA

Bote Do Milhafre

Em memória

Por João Chamusse
(jchamusse@yahoo.com.br)

A fera saiu da toca

Finalmente o Bispo saiu da toca. Dom Matsinhe quebrou o silêncio e numa extensa carta dirigiu-se à família anglicana para falar da sua justiça, devido a crescente onda de contestação contra a sua figura, com alguns sectores a pedirem a sua cabeça do prelado que dirige em Moçambique e Angola.

Sem papas na língua, na sua alocução, Dom Matsinhe procura a todo custo inocentar-se dos males que lhe são atribuídos pelo seu papel no último processo eleitoral, prenhe de várias irregularidades e ilícitos eleitorais.

Tudo quanto foi vivido desde a fase do registo de eleitores, altura em que muitas denúncias foram feitas, sobretudo com indícios de favorecer o partido no poder, no entanto, Dom Matsinhe, na qualidade de presidente da CNE (Comissão Nacional de Eleições), nada de prático fez com vista a acautelar a lisura do processo. Dirigentes eleitorais flagrados a organizar esquemas fraudulentos, como foi o caso da cidade da Beira, continuaram nos mesmos cargos até à machadada final, e ainda estão de pedra e cal, prontos para dirigir o próximo pleito em 2024.

Dom Matsinhe pecou pela inacção. Ora, um silêncio perante uma injustiça equivale ao favorecimento dessa mesma injustiça.

Diz na sua missiva que ele não é mentiroso. Até pode ser verdade que não tenha tido uma participação como sujeito activo na viciação dos resultados eleitorais, porém, concordou com os mesmos resultados fraudulentos, ao aceitar sem questionamento receber o apuramento produzido a partir de cópias de editais e actas no lugar de originais, pelos órgãos eleitorais para produzir dados anunciados pela CNE, fortemente contestados pela oposição em bloco, com destaque para a Renamo.

Dom Matsinhe pode não ser

mentiroso, porém, que explicação pode dar ao facto do Conselho Constitucional ter descoberto que, afinal, havia quatro municípios para a Renamo, entregues à Frelimo pela CNE dirigida pelo Bispo? O que tem a dizer relativamente ao facto de haver repetição de eleições em algumas autarquias?

O mais gritante no meio deste caos todo, Dom Matsinhe está ainda a permitir dirigir o processo de repetição da eleição com os mesmos indivíduos que mau trabalho fizeram.

No mínimo, o Bispo Dom Matsinhe, já que não quer renunciar a liderança, tanto da CNE assim como da Igreja Anglicana em Moçambique e Angola, deve pedir desculpas, não só aos anglicanos mas a todo o povo moçambicano, pelos prejuízos que a sua inacção causou e ainda vai causar ao país.

Fruto do trabalho dos órgãos eleitorais, hoje ninguém tem certeza de nada, pelo menos publicamente, quem de facto ganhou nas autarquias cujos resultados são contestados pela Renamo, sobretudo quando este partido jura a pés juntos possuir cópias de actas e editais que recebeu nas mesas de votação. Acontece que os órgãos eleitorais, superiormente dirigidos por Dom Carlos Matsinhe, não possuem editais e actas originais em mais de metade das mesas. Entretanto, mesmo ciente deste facto, a CNE não foi capaz de obrigar a uma recontagem, na presença dos reclamantes, para tirar a prova dos nove. Nada disso foi feito e o resultado é o que estamos vendo nos dias de hoje, em que todos os órgãos eleitorais não merecem crédito de ninguém no seu perfeito juízo. Aliás, o problema nem são os órgãos como tal, mas sim as pessoas que os compõem que faltaram a verdade recorrendo a fraude. A Luta Continua!

Editorial

Caos agora, caos amanhã

Mais de dois meses depois, o ferro afiado da enxada continua a esbater na terra com força a fazer a cova em que vamos todos nos enterrar com o país. O marco foi 09 de Outubro, o dia da votação. E o que veio a seguir foi a prova ululante de que andamos a brincar às eleições. As ditaduras são mais baratas, sem os recenseamentos, sem as campanhas, sem as contratações de vogais e presidentes de mesa. Só os mortos nas ditaduras são mais caros, a imagem da boca aberta seca no grito de liberdade. Há sempre – nos mortos da ditadura - o grande peso da heroidade com que se deita água aos pés sobre a brasa quente da marcha fúnebre. Os mortos da democracia pesam pouco, só homens e mulheres a serviço da desestabilização que precisavam cair em nome da segurança pública ou da soberania do Estado. Que soberania? - Não façamos perguntas difíceis.

Vivemos dias de grande tensão em passos largos para o abismo e não existe maneira de encontrarmos caminho de volta.

O Conselho Constitucional parece não ter mãos para devolver a sempre aclamada verdade eleitoral. O CC, que devia ser a última instância, regressa às instâncias intermédias em socorro a pedir um serviço que já devia ter sido feito no dia da votação por pessoas pagas pelos bolsos sempre

rotos do Estado. E agora, num viés pedagógico, aproxima-se dos partidos políticos, como uma mãe que nina seu filho para deixá-lo na esteira a dormir enquanto sai a noite com o padrasto.

Os intelectuais, sempre a bandeira a tentar reflectir o presente, foram lançados aos escombros com as conferências das perspectivas de solução.

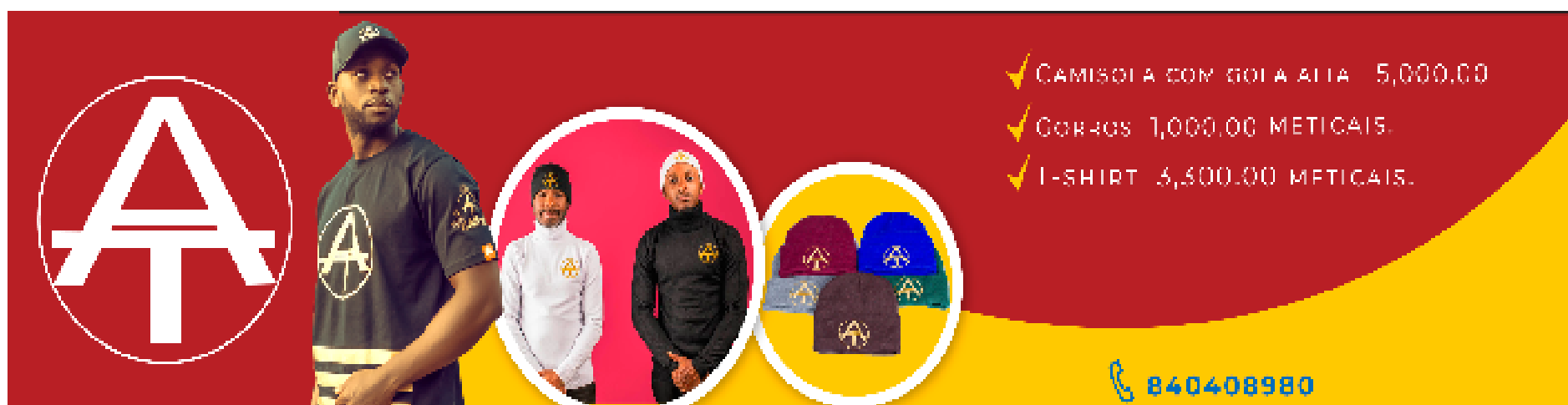
E os dois lados da trincheira – sim, parece que estamos todos entricheirados numa batalha campal – com a igual arrogância não parecem querer abrir espaço para conversa.

Vários processos sobre o ombro de uma das partes, parte indispensável, do que pode ser a solução. E a outra parte a fingir que o problema não existe. Só nesta semana é que se foi sentar ao Conselho do Estado de que não parece que tenha saído fumo branco para nos tirar deste caos.

Os números de mortos crescem. E ainda falta o dia do anúncio do CC que será mais gasolina na fogueira.

Venâncio Mondlane já assumiu que vai tomar posse no dia 15 de Janeiro ao mesmo tempo que um outro Governo vai tomar posse. O caos segue seu curso.

PUB



✓ CAMISOLA COM GOLA ALTA 5,000.00
 ✓ COZIGOS 1,000.00 METICAIS.
 ✓ T-SHIRT 3,500.00 METICAIS.

840408980



PSICODIALOGAR

Joaquim Matavel

jmatavel@gmail.com

Comportamento de manada: O que é, causas e consequências

Também conhecido como efeito manada ou comportamento de rebanho, é uma expressão em relação a uma acção de fuga colectiva de animais da mesma espécie. Quando aplicado a seres humanos, o comportamento de manada faz referência a decisões individuais ou colectivas, tomadas por influência de um líder ou de uma maioria.

Assim como os animais que se movem em grupos, o comportamento de seres humanos em manifestações, motins, greves gerais, claque organizadas, encontros religiosos, entre tantos outros exemplos, também podem se caracterizar como efeito manada.

Este comportamento é caracterizado pela falta de tomada de decisão individual ou introspecção, e pode levar a comportamentos irracionais e impulsivos, decisões individuais ou colectivas tomadas de forma precipitada e sem consideração dos riscos que existem em gerar impactos negativos. Em outras palavras, podemos definir como a influência que afecta a forma de agir ou pensar nas ideias e atitudes dos demais membros.

A tendência é que dificulte ou impeça a manifestação de diferenças existentes.

O cérebro humano absorve a opinião dos outros como uma esponja, ajustando suas funções à opinião do grupo social. Isso pode explicar por que é tão comum que as pessoas apresentem um comportamento de manada, que pode ser influenciado por vários factores, como: culturais, aprendizagem social ou questões socio-económicas.

Causas do Comportamento de Manada

Como dito anteriormente, o comportamento de manada é uma forma de agir ou pensar influenciada pelo líder ou pela maioria, onde os riscos e consequências não são considerados ou minimizados. Ou seja, a tendência é que haja um consenso de ideias e atitudes, desconsiderando as diferenças. Portanto, a existência de regras, padrões e códigos influenciam pessoas e grupos a agir ou a pensar de maneira parecida. Ser diferente ou se manifestar em outro sentido tende a gerar algum risco ou impacto negativo para quem fez. Assim, a adesão a esse tipo de

comportamento tende a ter quatro causas em comum:

1. A garantia de se sentir seguro e aceite por parte da liderança e dos membros;
2. O impedimento de riscos ou punições por agir ou pensar de forma diferente, assegurando a preservação da imagem;
3. Entender que seja preciso seguir o líder ou a maioria por haver alguma lógica por trás daquele comportamento;
4. A percepção de que agir ou pensar daquele modo gera algum benefício, seja material ou afectivo.

Consequências do comportamento de manada

O comportamento de manada pode produzir diferentes consequências, sejam de nível pessoal ou colectivo, a depender do contexto em que ocorre. Por exemplo, uma escolha ou tomada de decisão sem análise cuidadosa e atenta, tende a ter algum tipo de prejuízo que pode ser de nível material, físico, psicológico ou emocional. Além disso, é preciso lembrar que, em certos casos, não vai ter como mudar. Em situações que envolvam

tensão e perigo, podemos nos guiar por um comportamento maioritário e correr risco de vida. Não é seguro e nem eficaz agir sem medir as consequências.

Em contextos que envolvam grandes sentimentos, temos a tendência a agir de maneira distinta. Há uma grande possibilidade de ter uma actuação de modo inconsequente, pois movidos pela energia e pelo comportamento gerais, há um aumento a tendência de se colocar em risco nossa integridade e a dos demais.

Cenários de forte apelo social e política exigem cuidado com atitudes, pensamentos e com a comunicação. Sem cuidado, a fazer leituras rasas sobre o cenário e prezar por fontes únicas e não confiáveis. Além disso, faltamos com a escuta e o diálogo com o diferente, preferimos julgar a tentar compreender, etc.

Como evitar o comportamento de manada

O conhecimento de nossas acções e reacções em determinados contextos, aliadas ao exame dos locais que frequentamos e à forma como nos portamos e nos relacionamos dentro deles são um primeiro passo na prevenção. Essas

informações ajudam a ficarmos atentos ao nosso comportamento. A análise cuidadosa das situações, assim como a avaliação de riscos e impactos negativos, possibilita tomada de decisões mais acertadas. Assim, podemos evitar pensar ou agir influenciados pelo efeito manada.

Em uma situação de perigo, é importante verificar se o comportamento maioritário tem fundamento ou razão para ocorrer. Muitas vezes, somos levados a agir de uma maneira ineficaz, porque os demais fazem o mesmo. Podemos ficar seguros se agirmos com responsabilidade e autonomia.

É importante que compreendamos o assunto de forma global, seus objectivos, etapas e nossa função, de modo que possamos actuar com mais responsabilidade, incluindo a pesquisa em fontes confiáveis e a variação de reportório de visões, o que poderá ajudar na formação do pensamento crítico, no lidar com a diferença, na fundamentação de nossas ideias, na diminuição do perigo e na adesão ao efeito manada.



MARTELADAS

Francisco Rodolfo

Da mentira do “enchimento das urnas” e ao “porquê” da abstenção em massa em Nampula e quejandos...

- Renomados nomes na RENAMO e MDM não renovaram o “mandato” na AR e agora?...
- “Moçambicanos, querem as vossas riquezas e abram os olhos...”
- “Mentir que o culpado e a PRM e os “Militares” são bons: é para dividir e estabelecerem “bases militares” e continuarmos “moleques” ...

Não é possível estarmos “calados” quando a “Pátria Amada” está a ser “agredida de fora” e alguns *analistas e comentadores* que vão às televisões e rádios “afirmar” *sem vergonha na cara* que: “a culpa é da FRELIMO que em 50 anos de Independência Nacional “não fez nada”. Esquecem dos 16 anos de matsanga...

Por isso, nesta Quinta-feira (11.12.24) fomos ao café das “Acácias”, vulgo Jardim dos Professores e lá estava o Pedro, apesar das “chamadas” Manifestações, mas que na realidade são “escaramuças” que ocorreram desde que Venâncio Bila Mondlane, reclamou para o dia 7 de Dezembro de 2024, entendia que “estaria a ocupar a “Ponta Vermelha”, pondo Filipe Jacinto NYUSI, para a “rua” e a “sua” FRELIMO...

- “Oh, Rodolfo, tu avisavas antes da “campanha” que isto (Moçambique) vai estar feio, porque os donos da MASSA mundial, querem Moçambique para “ficarem com os recursos que cá existem...”

- Não podem restar dúvidas, mas alguns “pseudos “analistas” e “comentadores” nas nossas televisões e rádios, com SEM VERGONHA NA CARA, prestam mau serviço à Nação, por “atiçar” a violência que alguns políticos

dizem com boca cheia: “é para mandarem embora a FRELIMO, com as suas esquadras da PRM queimadas, tribunais, registos civis e cadeias – inclui libertar os detidos por questões comuns, supermercados, Sedes da FRELIMO, barracas, etc..” – digo ao Pedro.

- “Dizias que alguns “analistas” e “comentadores” deviam ir ver as imagens em casa com a sua “família” e aí dir-lhe-iam: “é papá que falou isso?...”

- Mesmas as “Direcções de Informação” observam que os “Coordenadores” dos Programas assistem às “discussões” de analistas que chegam a “interromper” os programas, com falta de “respeito ao público” que assiste, com “voz calada” do SNJ (Sindicato Nacional de Jornalísticas), com seu Sector Deontológico e o CSCS (Conselho Superior de Comunicação Social) – talvez querem dar “relatório no fim”. Todavia, o MISA - Moçambique, através do Dr. Jeremias Langa, Presidente do MISA veio “aliviar” na reunião com jornalistas, sobre o seu papel e sobretudo combater as “mentiras” nas Redes Sociais, com informação credível... - explico ao Pedro, depois de cones de sorvete, para “abafar” os 36º Celsius de Maputo que a garçoneite nos serviu.

- “Sabe que a “estória de ENCHIMENTO DE URNAS, convence muita boa gente que não

sabem o que “decorre” na Mesa de Votação, mas “gosta de comentar”?...

- Alguns demonstram “IGNORÂNCIA” desmedida e não conhecem a Lei Eleitoral. Até comparam o nosso sistema eleitoral de Moçambique com do Botswana, que é quase um nosso distrito, com 2.000.000 de habitante, pois dizem: “Botswana realizou em eleições em três dias”.

- “Já explicavas que a Lei Eleitoral foi votada por consenso na “Casa da 24 de Julho”, com a presença do Deputados da FRELIMO, RENAMO e MDM, com espaços que “vem definidos” há muito tempo para um “Moçambique” imenso – perguntem aos gestores do STAE e CNE, o quão é complexo “gerir” eleições num sistema, actual, mas “SOSSEGA”, porque todos tem a possibilidade de “CONTROLAR TUDO...” A aprovação da Lei Eleitoral actual, foi aprovado quando o Candidato às Eleições Presidenciais, Eng.º Venâncio Mondlane era Deputado da RENAMO.

- Só FAZ CONFUSÃO quem “nasce confuso”. Se a CNE (Comissão Nacional de Eleições) enviou os “dados” para CC (Conselho Constitucional) foi no espírito de observância à Lei, que está a fazer o seu “trabalho” religiosamente. Mas os ignorantes afirmam: “Estão a demorar para “ENCHIMEN-

TO DE URNAS” ... Parece aquela de que a saída para “isto” (Moçambique) é termos “Governo de Unidade Nacional” ou “Governo de Gestão”, o que é uma autêntica OVA...

- “Até onde anda o desespero, porque muitos deputados com resultado (4) MDM e 50 RENAMO não dá para “continuarem na AR”, isto é, terão de procurar emprego...”

- Tudo está acautelado, porque alguns, têm o período de serem REFORMADOS, isto é APOSENTADOS, com reforma robusta... - explico.

- “Tu conheces as regras, porque fizeste parte dos *meninos e meninas* da “24 de Julho...” – provoca o Pedro.

- Aviso que sempre deixei desde Fevereiro: “Moçambicanos, querem as vossas riquezas e abram os olhos...” A “Direita Mundial” com reforço do CHEGA de André Ventura, de Portugal, quer que o Parlamento ou Governo “não reconheça” os resultados... - explico depois de o Pedro feito o pagamento da conta.

E disse ao Pedro: “Mentir que o culpado e a PRM e os “Militares” são bons: é para dividir e estabelecerem “bases militares” e continuarmos “moleques” ...

Que fique na “História” estas eleições: Querem que os moçambicanos passem a vida a digladia-

rem-se. Os que “bateram panelas” já estavam calados, porque queriam estar no “Governo de Moçambique” sem ser eleitos...

Da mentira do “enchimento das urnas” e ao “porquê” da abstenção em massa em Nampula e quejandos...

Em Nampula e outros locais, há pessoas que se foram recensear para ter, Cartão de Eleitor como B.I. (Bilhete de Identidade). E os partidos políticos “desmobilizaram” as pessoas dizendo: “Não vale apenas ir VOTAR, porque a FRELIMO já ganhou.” “Já sabemos vai fazer “batota”.

Há Coordenadores das televisões que recebiam “taco” e eram os incendiários do País. Revejam os programas: autêntica vergonha em nome da: “VERDADE ELEITORAL...” Até criancinhas falavam de “VERDADE ELEITORAL”, mas Hama TAI, “ensinava”: “cuidado com a juventude – PODEM VENDER O PAÍS.” Inadmissível em democracia e mais para semana...

N.A. – Já depois de concluído o trabalho o CC (Conselho Constitucional) recebeu o PODEMOS e verificamos que alguns dos seus “assessores” não entende patavina das Eleições Gerais. Fica para “história”, mas há gente que enganaram o Eng.º Venâncio Mondlane. Depois de “partir tudo”, é UMA VERGONHA.



VA LE KAYA KA MAKUNYULE

Dionildo Tamele

dtamele@gmail.com

Continuidade das manifestações em Moçambique: paralisações em meio à eminência de um debate político (1)

“Onde anda acção, há reacção”. Este é um princípio básico da física comumente conhecido, muito simples de dizer, mas muito profundo na possibilidade que oferece de compreender o cenário sócio-político actual em Moçambique, onde ajustes e reajustes têm sido feitos demonstrando a complexidade dialéctica do que estamos assistir, onde coexistem interesses explícitos e implícitos, especificamente do lado do governo. Se por um lado, o Venâncio Mondlane tem sido aberto quando às suas exigências, mesmo que tenha feito alterações no seu discurso, do outro lado, o governo não o é. Inicialmente, o posicionamento da Frelimo foi perante as manifestações populares bastante explícito. O uso da violência policial e militar contra as pessoas que se faziam às ruas e actos de vandalismo camuflado

perpetrado por infiltrados no seio dos manifestantes, associados ao silêncio prolongado por parte do presidente da república do candidato à presidência por parte da Frelimo e dos demais membros desta agremiação política mostraram que os mesmos não só não estavam dispostos a fazer qualquer concessão significativa que fosse quanto às demandas populares e de outros candidatos, bem como alimentavam a esperança que as manifestações iriam afrouxar com o tempo, o que seria acelerado pela violência sofrida; pelo agravamento das condições de vida reflectido na subida dos preços dos produtos básicos; pela desinformação promovida pelos pseudo-intelectuais a serviço do partido Frelimo; pela perseguição, raptos e torturas dos supostos líderes das manifestações realizadas por membros da SERNIC, da PRM e

outros mercenários públicos. Não foram raros discursos proferidos na arena pública nacional e internacional prenunciando o desgaste das manifestações e seu consequente encerramento, que a Frelimo já começava a visualizar a reposição da ordem. No entanto, esquece-se que estas manifestações, diferentes das outras que já ocorreram no país, têm adjacente, simultaneamente e complementarmente, uma convicção subjectiva segundo a qual a Frelimo deve abandonar o poder e uma racionalidade objectiva que exige a justiça eleitoral. A legitimação desta racionalidade por parte daquela convicção torna possível que Venâncio emita comandos e a população cumpra com os mesmos facilitando reajustes estratégicos que permitem dar continuidade às manifestações perante o agir igualmente estratégico

do governo. O que começou como simples manifestações vai ganhando contornos de uma acção colectiva em escala alargada conectando convicções pessoais por meio das redes sociais em torno duma racionalidade partilhada. Daí ser possível distinguir os actos de vandalismo que pretendia introduzir uma irracionalidade nas manifestações dos actos dos verdadeiros manifestantes, racionais e legítimos tantos nos seus interesses, quanto nos meios usados, bem como nos discursos que proferem quanto às suas acções. Talvez nem devamos chamar mais de manifestações e, na falta de um conceito melhor para reflectir este momento popular, podemos, por enquanto, designar de acção colectiva, pois está cada vez mais claro que as pessoas estão dispostas a submeterem-se a quaisquer sacrifícios

(até arriscar suas vidas) e convencidas que a satisfação dos interesses pessoas – seja ter emprego, acabar com os raptos, forçar a redistribuição de recursos, etc –, nas condições moçambicanas presentes, só é possível por meio da satisfação de interesses colectivos. Eis a conjuntura na qual se dá a continuidade das manifestações, cuja configuração actual, paralisações, reflecte a astúcia do Venâncio e a pré-disposição moçambicana.

No entanto, a continuidade das manifestações por meio de paralisações têm ganhos para os manifestantes: as pessoas estão a poder manifestarem-se sem paralisar as suas actividades laborais, pois podem fazer-se às ruas e aos locais de trabalho; os manifestantes não sujeitam-se à violência policial e militar, embora alguns eventos de violência por meio do gás lacri-

Dívidas Ocultas

Privinvest impedida de contestar a vitória de Moçambique no processo do Reino Unido

O Tribunal Supremo de Londres negou esta semana dar permissão à construtora naval dos Emirados Árabes Unidos-Libanesa Privinvest para apelar contra a vitória de Moçambique num processo em Londres sobre o escândalo das "dívidas ocultas" de uma década.

Moçambique processou a Privinvest e seu falecido proprietário Iskandar Safa, alegando que eles subornaram seus funcionários e banqueiros do Credit Suisse para garantir termos favoráveis em três projectos, em 2013 e 2014, incluindo um projectado para explorar as águas costeiras ricas em atum.

O Tribunal Supremo de Londres decidiu em Julho que Moçambique tinha direito ao pagamento de

pouco mais de 825 milhões de dólares de Safa e empresas do grupo Privinvest, além de uma indemnização em relação a 1,5 mil milhões de dólares que é responsável por pagar a credores e detentores de títulos, menos cerca de 420 milhões já recuperados pelo país.

O tribunal recusou o recurso da Privinvest contra essa decisão, mas a empresa pode recorrer ao Tribunal de Apelação, o que o seu advogado disse que pretendia fazê-lo (VOA).



Terroristas intensificam incursões em Cabo Delgado

A província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, viveu mais uma noite de terror no sábado, 7, quando um grupo de terroristas atacou o posto administrativo de Muaguide.

O grupo feriu um agente da polícia, destruiu a casa do chefe do posto e saqueou medicamentos no posto de saúde, segundo fontes locais.

Há duas semanas a Voz da América reportou que vários moradores dos distritos de Ancuabe e Macomia, alertavam para o aumento da insegurança após novos ataques violentos dos grupos armados.

Uma análise divulgada

pelo Centro de Integridade Pública (CIP) indica que houve aumento de ataques dos insurgentes em Cabo Delgado durante Outubro e Novem-



bro, com uma média de pelo menos um ataque a cada dois dias, enquanto o Governo se focava a combater os protestos pós-eleitorais em Mapu-

to, Nampula e Chimoio.

Os protestos foram convocados pelo candidato presidencial apoiado pelo Podemos, Venâncio Mondlane. Pelo menos 88 pessoas morreram, 274 foram baleadas e ainda há registo de 3.450 detidos, segundo a Plataforma Eleitoral Decide, uma organização não governamental.

No dia 25 de Novembro, a Human Rights Watch disse que a polícia "deteve centenas de crianças, em muitos casos, durante

dias, sem avisar as suas famílias, em violação dos direitos humanos".

Por seu lado, o porta-voz do Comando geral da Polícia da República de Moçambique, Orlando Modumane, disse durante uma conferência de imprensa na semana passada, que crianças, adolescentes e pessoas de mentes ou embriagadas estão a ser usadas nos "supostos protestos que não respeitam a legislação e o Estado de Direito" (VOA).

Participação de crianças na tensão pós-eleitoral traz impactos psicossociais

As novas crianças-s

A crise pós-eleitoral no país cujo fim é ainda incerto poderá ainda trazer consequências a longo prazo. Hachimo Chagane, psicólogo clínico e de saúde, antevê que a participação de crianças nas manifestações propicia a violação dos seus direitos, para além de estarem a ser expostas a eventos de violência e de crise cujas consequências psicossociais vão se repercutir a curto, médio e longo prazos.

Valódia Macueve

Ser humano de pequena idade, flor que nunca murcha, esperança do mundo, entre outros termos que são usados para designar a criança dado seu nível de fragilidade, brilho e importância para a humanidade. Brilho este que vem se ofuscando a cada dia, olhando concretamente para os acontecimentos no país, onde para além da vulnerabilidade ao perigo ao longo dos anos, a instabilidade pós-eleitoral instalada pouco depois do dia 09 de Outubro, crianças e adolescentes participam activamente nas manifestações em contestação dos resultados, aumentando riscos de exposição e adopção de medidas tanto de famílias como de outras autoridades competentes.

Os petizes encontram-se a participar em grupos de marchas com cartazes nas mãos, entoando cânticos, nas cobranças de taxas entre as portagens clandestinas, condicionando a circulação dos cidadãos em nome de reivindicação de resultados das eleições gerais e outras irregularidades que vêm se registando ao longo dos anos. Em alguns dos grupos onde se encontram são envolvidas em actos de brutalidade e violência entre outros aspectos que

levantam questionamentos de ordem de quem trava a sua presença nestes actos.

1. Dezena de crianças mortas e centenas detidas nas manifestações

A título de exemplo, dados actualizados da plataforma da Sociedade Civil de Advocacia pelos Direitos das Crianças, dezassete crianças morreram vítimas de balas perdidas, incluindo um bebé de seis meses que perdeu a vida vítima de inalação de gás lacrimogénio estando em casa, fora 43 crianças vítimas de violência relacionada com a tensão pós-eleitoral nas províncias de Zambézia, Manica, Cabo Delgado, Nampula, Tete e Maputo.

A Human Rights Watch (HRW), uma organização internacional não governamental que defende e realiza pesquisas sobre direitos humanos, em comunicado refere que das centenas de crianças detidas durante os protestos foram feitas sem aviso às famílias, em violação do direito internacional dos direitos humanos e que os protestos e a subsequente repressão governamental levaram a graves perturbações na educação em todo o país.

"As forças de segurança moçambicanas que usaram a força ilegalmente contra manifestantes e transeuntes também um desrespeito chocante pela vida das crianças", disse Allan Ngari,



Hachimo Chagane - psicólogo clínico e da saúde

director de defesa de direitos humanos para África.

2. Crianças não têm maturidade suficiente para contestar as eleições segundo a lei

De acordo com o jurista Domingos Nhanengue, nos termos do número 1 do artigo 47 da Constituição da República de Moçambique (CRM), as crianças podem exprimir livremente a sua opinião, nos assuntos que lhes dizem respeito em fun-

ção da sua idade e maturidade, porém se tratando do processo eleitoral, elas não têm maturidade e idade suficiente para com este lidar.

O nosso interlocutor explicou ainda que o artigo 51 da CRM determina que todos cidadãos têm direito à liberdade de reunião e de manifestação, tendo esclarecido que ser cidadão significa ter pleno gozo dos direitos de exercício de escolha (votar), e as crianças não podem votar por isso

não podem manifestar contra os resultados eleitorais.

"Podem sim manifestar contra as faltas dos professores às aulas, manifestar contra injustiças nas avaliações escolares, mas tudo em consonância com os seus representantes (os pais)", disse.

Quanto às detenções de crianças pela polícia, a nossa fonte referiu que toda a criança com menos de 16 anos é isenta do processo penal, em virtude de sua

ais a repercutir a curto, médio e longo prazos

o soldado

idade, o que significa que não podem ser detidas ou presas, por serem inimpugnáveis, tendo citado a alínea a) do artigo 48 do Código Penal da lei 24/2019, de 24 de Dezembro.

3. Possíveis efeitos psicossociais

Confrontado pela nossa equipa de reportagem o psicólogo clínico e da saúde Hachimo Chagane começou por explicar que o país está a experimentar uma situação de extrema tensão passível de criar impacto psicossocial diferenciado em pessoas de diferentes faixas etárias, com particular realce para menores, idosos e aqueles que apresentam maior vulnerabilidade em face do seu estado de saúde física, social, psicológica e espiritual.

"Inicialmente, confesso e, parece até percepção generalizada de todas as pessoas, que os actuais acontecimentos que duram já quase dois meses, afiguram-se extremamente desafiantes. Não faz muito tempo, tivemos a eclosão da Covid-19 e outras situações de crise e emergência natural entre ciclones, cheias e inundações cujo impacto comprometeu a estabilidade económica, social e de saúde em geral, incluindo a mental e psicossocial" lamentou a fonte tendo acrescentado que "é notória a presença de crianças menores de 10 anos, bem como de 18 na maioria dos locais onde as manifestações pacíficas ocorrem e lamentavelmente também onde as práticas de violência e de vandalismo se registam".

Segundo o psicólogo

quer presencialmente, quer o que a comunicação social e as redes sociais reportam observa-se, tristemente que as crianças participam directamente quer como protagonistas e ou sujeitos passivos, ilustrando, pois que estão expostas a eventos extremos de violência e de crise cujas consequências psicossociais repercutir-se-ão a curto, médio e longo prazos.

Quanto aos efeitos psicológicos da participação das crianças nas manifestações o nosso interlocutor dividiu as crianças em dois grupos: "o primeiro, constituído por crianças que poderia dizer que tem uma estrutura saudável de apoio e protecção, providas de famílias com alguma estabilidade, com acesso a escola e que acidentalmente são expostas por viverem ou se encontrarem próximo do local dos eventos de violência e vandalismo e que participam nelas e aparentemente se divertem. O segundo é constituído por meninos da ou na rua (cujo fenómeno é comum em quase todas as cidades moçambicanas), bem como aquelas crianças que pertencem a famílias desestruturadas e disfuncionais, exposta a factores de risco como Abandono, ausência de supervisão parental e conflitos familiares".

Embora todas elas possam desenvolver consequências ou efeitos psicossociais, Hachimo Chagane explica que o impacto variará em função do grupo a que pertencem, sendo que, as do segundo, poderão sofrer mais, dada a sua maior vulnerabilidade psicossocial.

São os efeitos nas crianças segundo a nossa fonte: a falta de confiança em relação aos adultos e instituições com o dever de cuidá-las e proteger; a dificuldade de aceitar qualquer tipo de autoridade quer parental, quer social ou comunitária, até institucional; a assunção de formas de pensamentos, sentimentos, atitudes, práticas e comportamentos dos adultos, precocemente; atitudes hostis e agressivas; baixa tolerância à frustração; hostilidade, impulsividade e raiva impulsiva; indiferença às necessidades dos outros; manipulação; problemas com uso de substâncias psicoactivas ou participação em jogos de azar; reactividade ao stresse; ruptura com as estruturas convencionais de socialização normativa; tendências violentas ou predatórias; para além do grave comprometimento da sua saúde mental, psicológica e emocional, bem como, de perda de projecto de vida.

4. O que se esperar do futuro da sociedade em que crianças participam em manifestações?

A nossa fonte refere que para além de termos a curto, médio e longo prazo crianças com o perfil acima referido cujas manifestações produzirão nas diferentes etapas ou estágios de desenvolvimento psicológico, estas crianças lamentavelmente engrossarão o grupo de cidadãos com uma qualidade de vida precária, vulnerável psicossocialmente.

"Igualmente, a breve trecho e de forma sucessiva teremos adolescentes e jo-

vens com fragilidade do seu capital psicológico, ou seja, com reduzida capacidade de gestão de emoções e de situações de stresse, pouco tolerantes a frustração e alguns, poderão desenvolver perfis de comportamento antissociais, aumento de dependentes químicos e comportamentais, ou seja, às drogas, álcool e jogos de azar. Poderemos também registar subida considerável de comportamentos suicidas, isto é, ideação ou pensamentos, tentati-

como uma das soluções.

Igualmente, segundo ele afigura-se urgente que "assim que retomarmos a normalidade toda sociedade deve desenvolver estratégia para uma intervenção psicossocial estruturada, permanente e sustentável que inclui o apoio às famílias, escolas, incluindo igrejas e o resgate de estruturas sociais e comunitárias para de forma articulada e intersectorial e interdisciplinar trabalhar-



Domingos Nhanengue-Jurista

vas de suicídio e próprios suicídios" acrescentou.

5. Criar Observatório da Criança pode ser solução nas manifestações

Face à realidade que se vive o nosso interlocutor propõe a criação de um observatório da Criança

-se na minimização dos impactos psicológicos".

O apelo vai extensivamente para a participação proactiva da comunicação social e os grandes líderes com o poder inspiração e de influência, acrescentou a fonte.

Equilíbrio de género fundamental para resolução da crise política em Moçambique

O Grupo de Diálogo Político de Alto Nível sobre as Uniões Prematuras e Forçadas (CEFM) recomenda a igualdade de género, por parte dos actores políticos envolvidos, na busca de uma solução pacífica para a crise pós-eleitoral que se instalou em Moçambique.

A recomendação expressa em um artigo conjunto assinado pelas Embaixadoras do Reino dos Países Baixos, Elsbeth Akkerman; da Suécia Mette Sunnergren; Alta Comissária Britânica, Helen Lewis; Encarregada de Negócios da Embaixada da Finlândia, Noora Rikalainen; e pela Alta Comissária do Canadá, Sara Nicholls.

“Dada a actual situação política que se vive no país, gostaríamos (...) de apelar a todas as partes envolvidas a considerarem a igualdade de género como fundamental para alcançar a resolução de forma pacífica por via

do diálogo, com o objectivo da unidade nacional, do desenvolvimento do país e do bem-estar do povo moçambicano”, lê-se no documento enviado hoje à AIM.

O documento surge numa data que se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos e que marcou o encerramento da campanha dos 16 Dias de Activismo contra a Violência Baseada no Género (VBG).

Num outro desenvolvimento, as partes referem que, não obstante a existência de um quadro jurídico – Lei de Prevenção e Combate Uniões Prematuras e Forçadas – as uniões prematuras e forçadas em

Moçambique continuam a limitar e destruir a vida de muitas raparigas, e a comprometer a sua saúde, segurança e o seu potencial.

“Dos relatos que ouvimos, percebemos como elas [as raparigas em uniões prematuras] são privadas da sua infância, do direito à educação e da oportunidade de construir o seu futuro. Nas raparigas que conseguiram escapar destas uniões, sentimos a vontade de superarem as suas limitações e continuar a investir na sua educação e fontes mais sustentáveis de renda”, refere o documento.

A ocorrência das catástrofes naturais que assola-

ram Moçambique, tais como os ciclones Idai e Kenneth, a pandemia da COVID-19, e o terrorismo em Cabo Delgado, são descritos pelo grupo de diálogo como parte dos obstáculos que, durante os últimos cinco anos, tiveram um impacto negativo na vida das raparigas.

“Estas crises aumentaram a pobreza e a instabilidade, levando mais famílias a recorrerem às uniões prematuras como uma forma de sobrevivência. Isto enfatiza o facto de que, em tempos de crise, os mais vulneráveis são mais atingidos”, acrescenta o grupo.

Como forma de fortalecimento do impacto lei

aprovada em 2019, o Grupo de Diálogo Político de Alto Nível sobre as Uniões Prematuras e Forçadas apela a priorização de algumas acções, entre elas a Ampliação do Acesso à Educação para as Raparigas e o Reforço os Serviços de Protecção e Apoio para Vítimas.

O Grupo é uma iniciativa informal de Embaixadoras e Altas Comissárias que assumiram o compromisso de apoiar o governo moçambicano nos seus esforços para combater as uniões prematuras e forçadas, através de advocacia e diálogo político (AIM).

PUB

*Zuer ser fitness?!
Zuer ficar em forma e tonificar o seu corpo na comodidade?*



**Davane
Physique**

Davane Physique é a solução para melhorar a sua saúde e a sua forma física!

Garantimos os seguintes benefícios: Hipertrofia muscular, Emagrecimento e perda de peso, Nutrição e Suplementação.

Dispomos também de um preparador físico para atletas.

Não perca tempo, venha fazer parte da família Davane.

Estamos localizados na Av. Ahmed Sekou nº 1125 e abertos de segunda a sexta-feira das 5h às 13 e das 15h às 20h

Davane Physique "Supera-te"!

Resgatadas 14 crianças na rota do tráfico para a África do Sul



A Autoridade de Gestão das Fronteiras (BMA, sigla em inglês) resgatou, no posto de entrada de Lebombo, 14 crianças moçambicanas indocumentadas que estavam a ser contrabandeadas para o interior da vizinha África do Sul.

As crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os 14 anos, foram resgatadas depois de os funcionários terem interceptado um táxi-minibus na sexta-feira (6).

A porta-voz da BMA, Mmemme Mogotsi, disse que as crianças foram entregues ao Ministério de Desenvolvimento Social.

“O motorista foi imediatamente detido e acusado de cumplicidade na entrada ilegal ao abrigo da Lei da Imigração”, disse Mogotsi.

O comissário da BMA, Michale Masiapato, disse que os incidentes destacam o papel fundamental que os guardas de fronteira desempenham na protecção

de pessoas vulneráveis. “Também realçam a prevenção da exploração das nossas fronteiras por sindicatos criminosos. A Autoridade de Gestão das Fronteiras continua firme na sua missão de combater as actividades ilegais e proteger a soberania da África do Sul.

“Estamos agora no período festivo e os nossos destacamentos foram intensificados para interceptar e lidar com a criminalidade no ambiente fronteiriço”, disse Masiapato.

De acordo com o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, Unodc, uma em cada três vítimas de tráfico de pessoas no mundo é uma criança.

As causas do tráfico de crianças são tão diversas quanto as formas pelas quais as crianças são exploradas.

Algumas delas são exploração em trabalho forçado, criminalidade ou mendicância, tráfico para adopção ilegal, recrutamento para forças armadas e abuso e exploração online e sexual (AIM).



ENCONTRE AS MELHORES
SOLUÇÕES PARA IMPRESSÃO

DIGITAL • DTF • LASER



**DESIGN IMPRESSÃO
ESTAMPAGEM BORDADO**

CARIMBOS, AGENDAS, ROLLUP, CAMISETAS,
LIVROS COMERCIAIS E DIVERSOS

Contacte +258 85 1777 770
Av. 25 de Setembro, 1676
Primeiro Andar

Gráfica Kapital Provider

Grafica_kapital_provider

UNICEF mobiliza 9,9 mil milhões de dólares para apoiar crianças afectadas por conflitos e crises

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançou hoje (05) um apelo de financiamento de 9,9 mil milhões de dólares para alcançar 109 milhões de crianças em 146 países com ajuda humanitária em 2025, incluindo Moçambique.

Os fundos serão utilizados na resposta humanitária do UNICEF a múltiplos conflitos, choques climáticos, deslocamentos e crises de saúde previstos para o próximo ano.

Em todo o mundo, 213 milhões de crianças estão a ser vítimas de emergências humanitárias imprevisíveis e voláteis. Com 109 milhões de crianças abrangidas pelo UNICEF para assistência humanitária em 2025, o financiamento dos doadores é fundamental para garantir que a resposta seja atempada, eficaz e suficiente

“A escala das necessidades humanitárias das crianças está a um nível historicamente elevado, com mais crianças afectadas todos os dias”, afirmou a directora executiva do UNICEF, Catherine Russell, em comunicado.

“Olhando para 2025, estimamos que 213 milhões de crianças em 146 países e territórios irão necessitar de assistência humanitária ao longo do ano – um número surpreendentemente elevado.

O mandato do UNICEF é alcançar cada uma dessas crianças com os serviços e suprimentos essen-



ciais de que precisam e garantir que seus direitos sejam protegidos e preservados – um mandato que tem guiado nosso trabalho nos últimos 78 anos.

No caso de Moçambique, as múltiplas crises afectando actualmente o país, – conflito, seca e emergências de saúde pública – estão a sobrecarregar os recursos humanitários. Cerca de 4,8 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária (10 por cento de pessoas com deficiência), incluindo 3,4 milhões de crianças.

Em Cabo Delgado, província afectada pelo conflito, mais de 1,3 milhões de deslocados internos, retornados e comunida-

des hospedeiras necessitam de assistência. Oitenta por cento dos retornados e dos deslocados internos são crianças e mulheres.

Cerca de 3,3 milhões de pessoas deverão encontrar-se em situação de “crise” ou em níveis mais elevados de insegurança alimentar devido ao impacto do fenómeno climático El Niño, enquanto os padrões climáticos La Niña poderão agravar as condições em 2025. Mais de 29.000 crianças com menos de 5 anos irão provavelmente necessitar de tratamento para a desnutrição aguda grave.

O UNICEF em Moçambique necessita de 64 milhões de dólares para res-

ponder às necessidades humanitárias de 2,5 milhões de pessoas em todo o país, incluindo 2,1 milhões de crianças. A falta de financiamento previsível e flexível põe em risco o bem-estar das crianças.

Além disso, em 2024, mais de 57,5 milhões de crianças nasceram em países afectados por conflitos ou outras crises humanitárias onde o UNICEF tem um apelo de emergência. Prevê-se que este número aumente em pelo menos 400.000 em 2025.

O apelo de 9,9 mil milhões de dólares para 2025 sublinha a necessidade urgente de fazer face a uma série crescente de desafios humanitários

com que se confrontam as crianças em 146 países.

“O apoio através de financiamento humanitário flexível é fundamental para o nosso trabalho em prol das crianças afectadas por crises”, afirmou Russell. “Imaginem o que podemos conseguir para as crianças trabalhando em conjunto através de uma acção humanitária baseada em princípios, criando um mundo onde os direitos de todas as crianças sejam protegidos e defendidos, e onde todas as crianças possam desenvolver-se e prosperar – um mundo adequado para todas as crianças”(AIM).

Divulgação

GES20
natura
ÁGUA
QUE É
ÁGUA

Chegou a Natura, a única Água de 18.9 litros 100% Mineral Natural entregue à tua porta.

Os mais de 17 anos de experiência enquanto GES20 e os mais de 5.000 clientes, deram-nos a confiança para sermos quem somos hoje.

Hoje somos
o que sempre fomos.
Somos Natura.
Somos Água é que é Água.



ENTREGAS GRATUITAS*

84 367 9510
encomendas@aguanatura.co.mz






Termos e condições aplicáveis.
Para mais informações consulte: aguanatura.co.mz



Sufocada com as contas por pagar?

Não se preocupe! Temos empréstimos flexíveis para solucionar a sua urgência com desembolso até **48 horas!**

As melhores taxas do mercado e sem burocracias.

 (+258) 87 363 5203  elitemicrocredito_mz  info@elitemicrocredito.co.mz
 (+258) 84 416 6475  Rua José Mateus, n.º 185, 2.º andar esquerdo - Maputo



Olhar de lince

Ivan Gonçalves: ivanpapucidesg@gmail.com



Seguem protestos anti-governo na Geórgia com reforço de policiamento nas ruas

Milhares de pessoas protestaram em Tbilisi contra a suspensão das negociações de adesão à UE. A polícia utilizou canhões de água e gás lacrimogéneo, tendo a violência sido também dirigida contra jornalistas.

Os protestos na Geórgia entraram no 13.º dia, apesar das detenções e ataques físicos contra activistas e figuras da oposição.

Os manifestantes reuniram-se em frente ao edifício do parlamento georgiano em Tblisi, cantando e bloqueando a rua na noite de terça-feira.

A polícia tem detido



um número crescente de pessoas à medida que se intensifica a repressão dos protestos contra o governo.

O Sonho Georgiano, no poder, manteve o controlo do parlamento nas disputadas eleições de 26

de Outubro, uma votação amplamente vista como um referendo sobre as aspirações da Geórgia à UE.

A oposição e a presidente pró-ocidental Salome Zourabichvili acusaram o partido no poder de

ter manipulado a votação com a ajuda da vizinha Rússia e boicotaram as sessões do parlamento.

Os protestos da oposição ganharam novo ímpeto após a decisão do Sonho Georgiano de

suspender as conversações de adesão à UE.

Até à data, foram detidos mais de 300 manifestantes e mais de 100 pessoas foram tratadas por ferimentos.

Tbilisi apresentou formalmente o seu pedido de adesão à UE em Março de 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. O estatuto de candidato à UE foi concedido em Dezembro do ano seguinte, para gáudio de muitos georgianos que festejaram nas ruas de Tbilisi.

Os manifestantes dizem que vão continuar a manifestar-se durante o tempo que for necessário, até que as suas exigências sejam satisfeitas (Euronews).

PGR cabo-verdiana detecta indícios de crimes após auditoria à Presidência

PGR aponta para a prática de crimes de abuso de poder, participação ilícita em negócios, peculato e recebimento indevido de vantagem por parte da Presidência.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) de Cabo Verde anunciou esta terça-feira a abertura de instrução para averiguar indícios de crimes após ter recebido um “relatório de auditoria financeira e de conformidade à Presidência da República”. Em causa, está a eventual prática de crimes de abuso de poder, participação ilícita em negócios, peculato e recebimento indevido de vantagem, lê-se no comunicado da PGR.

O relatório abrange o período de 1 de Janeiro de 2021 a 10 Janeiro deste ano, ou seja, a parte final do mandato de Jorge Carlos Fonseca e o actual mandato de José Maria Neves, que decorre desde Outubro de 2021.

José Maria Neves anunciou, há dois meses, a substituição do chefe da Casa Civil da Presidência, Jorge Tolentino Araújo, na sequência das polémicas com o salário da primeira-dama e outras despesas, que se arrastam há um ano.

Os casos levaram o chefe de Estado a pedir



auditorias por parte do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral das Finanças.

O conselho de administração da Presidência da República cabo-verdiana defendeu, em Outubro, que há despesas irregulares detectadas pelo Tribunal de Contas (TC) herdadas de gestões anteriores e que têm sido procuradas soluções, sem despedimentos,

por exemplo, “no quadro de uma nova lei orgânica”.

Outras alegadas irregularidades são questões administrativas, práticas correntes de há décadas, de gestões anteriores, além de leituras deturpadas do relatório do TC.

Em agosto, um outro relatório, da Inspeção Geral de Finanças (IGF), tinha concluído que o sa-

lário de 7,4 milhões de escudos líquidos (67,6 mil euros) pagos durante dois anos à primeira-dama, Débora Carvalho, era irregular – um caso em que, segundo o Presidente cabo-verdiano, os montantes apurados já foram devolvidos aos cofres do Estado.

Em reacção, a Presidência acusou o Governo de ter quebrado uma “lon-

ga tradição” de lealdade e cooperação institucionais ao “barrar” um anteprojecto de lei – apresentado em Maio de 2022 – com dispositivos para regular questões sobre o estatuto da primeira-dama.

Antigo primeiro-ministro (2001 – 2016), José Maria Neves foi eleito Presidente em Outubro de 2021 com o apoio do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, actualmente na oposição).

Em ligação aos mesmos casos, a PGR anunciou esta terça-feira que deduziu acusação contra um funcionário da Presidência da República por um crime de desvio de dados, “na sequência de divulgações nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social da ordem de pagamento de salários” a primeira-dama.

Na instrução, a PGR contou com “um relatório de inquérito realizado pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, dando conta de factos susceptíveis de indiciarem a prática de ilícito criminal” (Observador).

PUB



Anuncie neste espaço!

Contacte -nos através de: jornalpontoporporto@gmail.com ou
Telefones: (21) 092 270 | (+258) 82/87 4576070 | 842698181

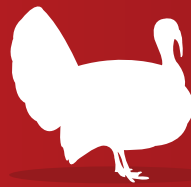
Ponto
por ponto

Divulgação



RAÇÃO GRANULADA

ENGORDA AVES



COMPOSIÇÃO: FARELO, SOJA / BAGAÇO DE COCO, SAL, TRIGO / MILHO, FARINHA DE PEIXE/ BOVINA, DIATOMITE.



PESO
LÍQUIDO

50kg



PRODUTO DA:
DHOCOLO AGRO - PROCESSADOS, LDA
SUCURSAL MAPUTO: BAIRRO AGOSTINHO NETO, MARRACUENE
CEL: 87 116 1184 / 82/84 309 3410
E-MAIL: info@dhocolo.co.mz

DATA DE PRODUÇÃO

___/___/___

VALIDADE 90 DIAS

Presidentes dos parlamentos de Portugal e Cabo Verde preocupados com perturbações em países CPLP

Aguiar-Branco defendeu que a resolução de assuntos que suscitam "visões diferentes nas sociedades" deve fazer-se "preferencialmente nos parlamentos e não na rua". O homólogo cabo-verdiano concorda.

Os presidentes dos parlamentos de Portugal e Cabo Verde manifestaram-se, esta segunda-feira, preocupados com situações de instabilidade em países lusófonos, considerando que as respectivas assembleias podem ser um apoio importante para alcançar soluções.

“Tem havido sinais de perturbação nalguns países da CPLP e o que pretendemos é, sem estarmos a fazer qualquer espécie de intromissão nas políticas internas”, fazer com que a resolução de assuntos que suscitam “visões diferentes nas sociedades se faça preferencialmente nos parlamentos e não na rua”, referiu José Pedro Aguiar-Branco, presidente da Assembleia da República.

Sem nunca se referir a países em concreto, Aguiar-Branco falava numa das salas do edifício da Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Praia, capital, ao ser recebido pelo presidente do órgão, Austelino Correia, no início de uma visita oficial de três dias.

A Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) está marcada para 2025 e Aguiar-Branco apelou a um reforço dessa “dimensão” do papel dos parlamentos



enquanto casa de debates.

O importante é “contribuir para o reforço da confiabilidade nos parlamentos, para que livremente se discutam os temas que precisam de ser discutidos, para serem encontradas as boas soluções”.

“É isso que nos faz, no âmbito da CPLP, tentar que, no próximo ano, essa dimensão ganhe espaço, [seja] mais forte”, para que “os países que têm tido alguns problemas possam encontrar, aqui, um apoio suplementar para serem resolvidas as questões, nos respetivos parlamentos”, acrescentou.

“Para o ano, havendo a assembleia parlamentar da CPLP, nós gostaríamos que esse sentimento e essa realidade fosse uma realidade forte”, acrescentou.

Austelino Correia subs-

creveu as palavras do homólogo português e já antes havia assumido “alguma preocupação” em relação à situação na CPLP.

“Nós estamos disponíveis e prontos para, no âmbito da diplomacia parlamentar, dar a nossa contribuição para que os assuntos sejam resolvidos de forma institucional e da melhor forma possível”, disse.

Por outro lado, olhando para “um mundo imprevisível”, acrescentou que cabe a parlamentos, como o português e o cabo-verdiano, estar “na linha de frente, na protecção e na consolidação da democracia, do estado de direito, das liberdades e da dignidade humana”.

A maior onda de instabilidade na CPLP vive-se, actualmente, em Moçambique.

Desde 21 de Outubro, o

país vive sucessivas paralisações e manifestações, convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane, que contesta os resultados das eleições gerais de 9 de Outubro — que dão vitória ao candidato da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, no poder desde 1975).

Como resultado, pelo menos 103 pessoas já morreram nas manifestações pós-eleitorais, segundo actualização feita, esta segunda-feira, pela Organização Não-Governamental (ONG) Plataforma Eleitoral Decide.

A Guiné-Bissau vive também uma crise política com diversas ramificações desde que o Presidente da República, Umaro Sissoco Embaló, dissolveu o parlamento em Dezembro de 2023, sem que tivessem

passado seis meses após as eleições legislativas, como determina a Constituição, e ter formado um governo de iniciativa presidencial.

Sissoco Embaló acabou por adiar as eleições legislativas antecipadas que tinha marcado para 24 de Novembro, sem que tenha ainda indicado nova data, com a oposição a reclamar a marcação de eleições presidenciais, já que o mandato do actual chefe de Estado termina em Fevereiro de 2025, embora este situe essa data apenas em Setembro, tendo em conta a data da decisão judicial acerca do diferendo sobre os resultados eleitorais, pelo que entende que as eleições devem ser em Novembro de 2025 (**Observador**).

UE quer reduzir a dependência da defesa em relação aos EUA a longo prazo, afirma funcionário da Comissão

A UE manterá uma "forte parceria transatlântica" no domínio da defesa, afirmou na segunda-feira um alto funcionário da Comissão, mas a dependência de fornecedores estrangeiros terá inevitavelmente de ser abordada a longo prazo.

A nova Comissão Europeia espera uma maior cooperação e diálogo com a próxima administração Trump, especialmente em matéria de segurança e defesa, mas com um claro enfoque na redução da dependência do bloco a longo prazo, disse na terça-feira o primeiro comissário do bloco para a Defesa e Espaço, Andrius Kubilius.

"Se os adversários autoritários estão a unir-se - referindo-se à Rússia, Irão, Coreia do Norte e China - as democracias também se devem unir", afirmou Kubilius durante um evento no Parlamento Europeu organizado pela Câmara de Comércio Americana para a UE.

O ex-primeiro-ministro lituano citou a necessidade de uma revisão "Big Bang" da indústria de defesa europeia, tanto a curto prazo, para a qual os fornecedores de países terceiros, como os EUA, desempenharão um papel fundamental, como a longo prazo, em que o sector exigirá garantias antes de aumentar ainda mais as suas capacidades, o seu investimento e a sua independência em relação aos fornecedores estrangeiros.



Entre Fevereiro de 2022 e meados de 2023, 75% das novas encomendas anunciadas publicamente para o sector da defesa da UE vieram de fora da Europa, de acordo com a Indústria Europeia Aeroespacial, de Segurança e Defesa (ASD).

O executivo da UE reconhece que a dependência da indústria de defesa é um problema e está empenhado em garantir uma "forte parceria transatlântica" no que diz respeito a este tema, disse Guillaume de La Brosse, chefe da unidade de política industrial de defesa, acrescentando que o desequilíbrio terá de ser corrigido.

"O que precisamos realmente de fazer é reduzir as

nossas dependências a longo prazo. É assim que podemos justificar aos nossos contribuintes o facto de estarmos a investir fortemente na defesa", defende de La Brosse.

Mas, a curto prazo, os Estados-membros do Conselho ainda estão divididos quanto ao grau de rigor das condições de acesso dos países terceiros aos novos fundos da UE, com países como a Polónia e os Países Baixos a quererem introduzir uma maior flexibilidade no acesso das empresas de defesa estrangeiras ao dinheiro da UE.

As delegações da UE estão actualmente a negociar a exigência de que os projectos de defesa ob-

tenham pelo menos 65% dos seus componentes no interior do bloco, a fim de receberem financiamento do Programa Europeu para a Indústria da Defesa (EDIP), proposto no valor de 1,5 mil milhões de euros.

A presidência húngara está determinada em chegar a um acordo sobre o EDIP até ao final do ano e os embaixadores vão voltar a discutir o assunto amanhã, disse um diplomata de alto nível da UE à Euronews.

Apesar das tensões entre os Estados-membros sobre os critérios de elegibilidade do programa, o alto funcionário da UE foi categórico ao afirmar que a Comissão não está a promover uma

posição proteccionista.

"Não estamos a construir a Fortaleza Europa. Não estamos a ter impacto nas políticas de aquisição dos Estados-membros. Os Estados-membros continuam a ser livres de fazer as aquisições que entenderem", afirmou de la Brosse.

No final de Setembro, 28 empresas europeias do sector da defesa, incluindo Leonardo, SAAB, Airbus, Rheinmetall e Indra, enviaram um documento de posição apelando a que o apoio financeiro da UE fosse direccionado para o sector doméstico.

Os signatários pretendem que o financiamento seja limitado a produtos em que pelo menos 65% provenham do interior do bloco, mas as empresas francesas defendem um valor que pode atingir os 80%.

"Esta abordagem não impediria os Estados-membros de recorrerem a fornecedores não comunitários ou de cooperarem com outros parceiros europeus não associados, como o Reino Unido, fora do quadro deste instrumento financiado pela UE", acrescentam os signatários (Euronews).

PUB



Abertas assinaturas para 2021

ASSINE JÁ

SEJA ASSINANTE DO JORNAL
PONTO POR PONTO E
RECEBA O SEU JORNAL EM
CASA OU NO SEU E-MAIL

Av. 25 de Setembro, nº 1676, 1º andar, porta 7,
Telefone (+258) 21 092 270
Celular: 82/874576070 ou 842698181
E-mail: jornalpontoporponto@gmail.com
Maputo Moçambique

Com fim do four by four do Venâncio

País volta à normalidade depois de uma semana intensa

Enquanto decorria a reunião entre o Conselho Constitucional e o partido PODEMOS, este último que contesta os resultados eleitorais de 09 de Outubro, os manifestantes promoviam o encerramento da quarta fase da quarta etapa apelidada por 4x4. Nalguns bairros, comemorou-se e noutras caracterizou-se pelos actos de vandalismo e saques. No entanto, indivíduos entrevistados pelo Ponto por Ponto afirmam que a paragem por cinco dias anunciados pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane representa algum alento a muitos cidadãos cujos negócios comprometeram-se devido a paralisação por uma semana.

Elton da Graça

1. Alívio à vista

Embora os entrevistados reconheçam que as manifestações mostram tendências de violência, Edson Muhambe diz que elas são fundamentais para organizar o país, apesar de terem paralisado algumas cidades por uma semana como é o caso de Maputo e Matola, levando vários cidadãos a percorrer longas distâncias para aceder aos seus locais de trabalho, residência e vice-versa. “Nenhuma revolução se faz com vivas. Mesmo a independência custou sangue, daí que não podemos vergar a causa”, recordou a fonte, reconhecendo que as manifestações criaram inúmeros prejuízos. Porém, graças a elas houve inúmeras informações que confirmam que o país tem tudo para dar certo apenas um grupo de dirigentes é que promove a gestão danosa ou ruína.

Por exemplo, cita a fonte, que foi devido as manifestações que a população de Larde local onde decor-



rem operações de extração dos recursos naturais na província de Nampula saiu do sono profundo e obrigou a empresa a assinar termos para a construção da ponte volvidos anos, o que no seu entendimento antes tarde do que nunca. Muhambe vai mais longe ao afirmar que a população do marginalizado Posto administrativo de Ressano Garcia provocou um apagão na subestação da CTRG um pouco pela região sul, tudo porque reivindicava segundo algumas informações postas a circular o acesso a energia acto este que depois de algumas negociações houve entendimento.

Edson Muhambe diz, sem delongas, que as diversas etapas anunciadas por aquele candidato suportado pelo PODEMOS têm transformado os moçambicanos em cidadãos, muito embora no seio deles haja aqueles cujo fito é roubar, extorquir tal como ocorre numa fábrica de produção de bebidas alcoólicas na província de Maputo.

“Cidadania é isso, pese embora existam mal-intencionados. Com estas atitudes, penso que os próximos governantes respeitarão o povo que os colocou naqueles lugares” prognosticou, sublinhando que o alívio dos quatro dias a começar

por hoje poderão resultar em reflexão talvez por parte dos dirigentes e o empresário, pois nada está andar e o país precisa andar.

Quem também congratula o alívio por alguns dias das manifestações é Rodrigues Júnior cujo sector que representa se resente pela falta de clientes que pouco aparecem, devido as interrupções que ocorrem durante o período normal do trabalho.

“Nessas bombas de combustível maior parte dos clientes são os chapeiros. Com essas interrupções torna-se difícil vender os nossos serviços, porque não podem fazer duas viagens ao dia e interromperem” disse salientando que o alívio chega numa boa altura, pois com o fim de semana antevê-se um movimento incomum de indivíduos movimentado -se de um lado para o outro.

“Houve cancelamento de muitas cerimónias na última semana, acredito que por agora as pessoas estão sedentas em sair do confinamento a que fo-

ram sujeitas” recordou a fonte para quem será uma semana promissora.

Quem também vê oportunidade nesse alívio por parte do Venâncio Mondlane é a cidadã Rosa António cujo filho está sitiado num dos distritos da província de Maputo por causa da instabilidade que o país vive.

“As aulas já encerraram. Mas não tenho como movimentar o meu filho por causa da sua segurança. Com esse alívio é uma boa honra para reaproximar-me dele e matar as saudades “ finalizou a fonte

Refira-se que a quarta fase da quarta etapa teve a duração de uma semana, o que obrigou inúmeros cidadãos a adoptar a postura de madrugadores para acederem aos seus postos de trabalhos ou cerimónias fúnebres.

Enquanto se aguarda pela proclamação dos resultados pelo conselho constitucional, o país continuará refém das lives do candidato presidencial Venâncio Mondlane.